

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro anuncia projeto para mudar cobrança de ICMS sobre combustíveis	2
Título: Petrobras quer Braskem no Novo Mercado	3
Título: Minas quer inclusão de municípios na reforma da previdência estadual	4
Título: Bradesco e Eletrobras voltam ao mercado.....	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: EUA querem parceria com Brasil em setor nuclear	6

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/02/2020****Seção: Mercado****Autor: Ricardo Della Coletta e Fábio Fabrini****Título: Bolsonaro anuncia projeto para mudar cobrança de ICMS sobre combustíveis**

O presidente Jair Bolsonaro afirmou neste domingo (2) que vai encaminhar ao Congresso um projeto de lei para que o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) de combustíveis, recolhido pelos estados, tenha um valor fixo por litro.

A proposta foi anunciada no Twitter, em meio a críticas a uma suposta sanha arrecadatória de governadores.

O presidente culpou os chefes dos executivos estaduais pelo fato de os valores não baixarem nas bombas, apesar de medidas de alívio tomadas pelo governo federal.

“Pela terceira vez consecutiva, baixamos os preços da gasolina e diesel nas refinarias, mas os preços não diminuem nos postos por quê?”, questionou.

“Porque os governadores cobram, em média, 30% de ICMS sobre o valor médio cobrado nas bombas dos postos e atualizam apenas de 15 em 15 dias, prejudicando o consumidor”, respondeu em seguida.

Bolsonaro disse que, “como regra”, os governadores “não admitem perder receita, mesmo que o preço do litro nas refinarias caia para R\$ 0,50 o litro”.

Ele acrescentou que, diante do quadro, vai encaminhar o projeto de lei ao Legislativo e lutar “pela sua aprovação”.

O presidente não deu detalhes do projeto. Disse apenas que pretende aprovar uma nova lei complementar para que o tributo tenha “valor fixo por litro”, e não mais seja calculado sobre a “média dos postos”.

Outras medidas vão constar da proposta, segundo o presidente. Questionado pela Folha, o Ministério de Minas e Energia não se pronunciou até a conclusão desta edição.

Na maior parte dos estados, o cálculo do ICMS é baseado em um preço médio ponderado ao consumidor final, atualizado quinzenalmente.

Isso significa que o valor final praticado pelos revendedores pode ser alterado sem que tenha havido mudança na política da Petrobras ou mesmo que o governo federal tenha tomado medidas de sua competência para baixá-lo.

Geralmente, os estados consideram a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) para fixar o preço médio. Em alguns casos, a decisão se baseia em pesquisas próprias, a partir de notas fiscais de venda de combustíveis.

Como noticiou a Folha em dezembro, segundo especialistas, os governos estaduais vêm garantindo arrecadação extra ao não repassar ao ICMS as variações dos preços da gasolina. Isso porque as correções do tributo não são feitas no mesmo ritmo das oscilações de valor.

A estratégia é vista pelo setor como uma manobra para enfrentar a crise financeira em detrimento do consumidor.

Os preços dos combustíveis geram desgaste no governo, em especial com caminhoneiros, que ameaçam paralisações contra a alta do diesel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/02/2020

Seção:

Autor: Graziella Valenti e Stella Fontes

Título: Petrobras quer Braskem no Novo Mercado

Estatul condiciona contrato de nafta à governança e Odebrecht sinaliza espaço para diálogo

Depois de conseguir trocar o comando da Braskem no fim de novembro, a Petrobras impõe condições para firmar um novo acordo de longo prazo para fornecimento de nafta à companhia petroquímica. A estatal, que já tornou pública a intenção de vender em 2020 sua participação na empresa, passou a vincular as negociações em torno da nafta a uma revisão do acordo de acionistas firmado com a Odebrecht, com a migração da Braskem para o Novo Mercado da B3, em que são aceitas apenas empresas com ações ordinárias. O assunto chegou a ser discutido entre as sócias antes de a Odebrecht iniciar as conversas para venda da Braskem à LyondellBasell.

O contrato atual, firmado em 2015, tem prazo de cinco anos e fixa o preço da nafta em 102,1% de sua cotação internacional. A Odebrecht aguarda a aprovação de seu plano de recuperação judicial para retomar formalmente as conversas sobre a reorganização societária.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/02/2020****Seção: Brasil****Autor: Marcos de Moura****Título: Minas quer inclusão de municípios na reforma da previdência estadual**

O governo de Minas Gerais deve enviar nas próximas semanas à Assembleia Legislativa projeto de reforma da previdência dos servidores civis e dos militares do Estado. O texto ainda não está fechado. Uma das discussões é sobre o alcance das mudanças. O governador Romeu Zema (Novo) quer atingir não só servidores estaduais, mas também os das prefeituras que têm regimes próprios.

Também se discute o tamanho do aumento da contribuição previdenciária do funcionalismo. Poderá ser um aumento generalizado de 11% para 14%, ou um aumento que varie de acordo com a faixa salarial, segundo o secretário de Planejamento de Minas, Otto Levy.

“A reforma dos militares foi aprovada no Congresso, já está bem consolidada e é bem mais simples [de ser adotada]. E a dos civis, nossa intenção é seguir os parâmetros da reforma federal”, disse. “Vamos seguir a idade de 65 anos para homens e 62 anos mulheres.” Atualmente os servidores podem se aposentar aos 55.

Minas fechou 2019 com déficit orçamentário de R\$ 8,5 bilhões, melhor que o previsto, de R\$ 15,4 bilhões. Redução de gastos com funcionários comissionados, revisão de contratos, redução de frota e até de cortes de pequenos gastos como garçons, ar condicionado e uso de elevadores ajudaram no resultado. “Só o custo anual da Cidade Administrativa [complexo de prédios na sede do Executivo], que era de R\$ 120 milhões por ano, caiu 30%.”

Ainda assim, o Estado continua com as contas no vermelho e a reforma da Previdência é uma das medidas estruturais tidas pelo governo como crucial para a organização das finanças públicas. Segundo Levy, o texto da reforma vem sendo elaborado sem discussões ou consultas a sindicatos dos servidores, mas, para ele, o ambiente é favorável. “Mais da metade dos Estados já aprovou 14% e 65 e 62 anos. A sociedade amadureceu e acho que está caindo a ficha que isso é algo inevitável.”

Além de tentar aprovar mudanças da Previdência, Zema fará outras duas apostas neste ano: pretende vender no primeiro trimestre no mercado financeiro dividendos relativos à venda de nióbio. Segundo ele, 35 bancos, grandes instituições financeiras e fundos já procuraram informações sobre a futura oferta.

A operação está sendo analisada pela CVM e tem sido objeto de questionamentos do Ministério Público de Contas de Minas. O governo tentou realizá-la no ano passado.

O valor mínimo da venda será divulgado somente quando bolsa publicar a data do leilão. Levy não antecipa quanto o governo espera levantar com o negócio, mas revela para regularizar os salários por seis a sete meses e para quitar o 13º de 2019 são necessários R\$ 4,5 bilhões.

A outra aposta, diz Levy, é fazer em 2020 a primeira privatização da atual gestão. O primeiro alvo é a Companhia de Desenvolvimento Econômico (Codemig). É por meio dela que o Estado participa, junto com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), no negócio do nióbio, em Araxá.

Levy diz não saber se a privatização significará a saída do Estado do negócio. O governo trava uma discussão com a empresa relativa a uma alegada diferença de dividendos que o Estado deixou de receber nos últimos anos.

Com pouco mais de um ano de gestão, Zema ainda não formou uma maioria estável na Assembleia para aprovar as propostas.

Discutida na Assembleia em 2019, ficou para este ano a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do governo federal. A adesão significa que por três anos Minas ficaria sem pagar o serviço da dívida que tem junto à União e por mais três pagando parcelas mais baixas do que o estabelecido. “A gente gostaria de ter as condições mínimas para aderir até julho”, afirmou Levy.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/02/2020

Seção:

Autor: Ana Paula Ragazzi

Título: Bradesco e Eletrobras voltam ao mercado

Retorno dos bancos ao funding externo representa interesse em conceder crédito

A safra recente de emissões externas de empresas brasileiras foi marcada pela volta de Eletrobras e Bradesco ao mercado.

O banco levantou US\$ 1,6 bilhão depois de ficar oito anos sem oferecer papéis aos investidores internacionais. Por conta do tempo ausente, o banco encontrou forte demanda e emitiu US\$ 800 milhões num papel com prazo de três anos, com yield (retorno) de 2,85%. E mais US\$ 800 milhões numa tranche de cinco anos, com yield de 3,20%.

O Bradesco captou US\$ 100 milhões a mais e pagou um pouco menos do que o Itaú, que acessou o mercado uma semana antes. O Itaú levantou US\$ 1 bilhão em títulos de três anos, com yield de 2,9% ao ano. E mais US\$ 500 milhões foram captados em uma tranche com vencimento em cinco anos, pagando 3,250%.

A volta dos bancos ao mercado representou o interesse em captar para emprestar recursos, além de papel novo para os portfólios dos investidores. BTG Pactual e Daycoval fizeram reabertura de operações e captaram volumes menores - US\$ 200 milhões e US\$ 100 milhões, respectivamente.

A operação da Eletrobras foi a única da safra pensada só para rolagem da dívida. A elétrica lançou uma oferta de recompra de papéis emitidos em 2011, que somavam US\$ 1,75 bilhão e venceriam em 2021. O prazo para a adesão à oferta se encerrou pela manhã de quinta-feira e, à tarde, a empresa foi a mercado para captar o valor necessário para liquidar a operação: US\$ 1,125 bilhão.

Ainda é possível que uma ou outra operação vá a mercado nesta semana, mas fevereiro deverá ser um mês mais morno. O dia 13 de fevereiro é o prazo final para que os dados financeiros de setembro possam ser utilizados nas operações. A partir daí, só com os números fechados de 2019. Algumas empresas já entraram em período de silêncio para a divulgação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/02/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: EUA querem parceria com Brasil em setor nuclear

Em missão para estreitar parceria energética com o Brasil, o secretário de Energia dos Estados Unidos, Dan Brouillette, quer aproveitar a aproximação entre as gestões Donald Trump e Jair Bolsonaro para abrir mercado para empresas americanas do setor nuclear.

Nesta segunda (3), a estatal brasileira Eletronuclear e a americana Westinghouse assinam acordo para avaliar a extensão da vida útil da usina Angra 1, a primeira do país, que entrou em operação em 1971, ato que terá a presença de Brouillette.

Neste momento, o governo brasileiro discute como atrair capital privado para a conclusão de Angra 3, obra parada em 2015 após a Operação Lava Jato. A ideia é buscar um parceiro que tenha recursos para concluir a obra.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/02/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois**Título:**

Liberdade para a gasolina e o diesel

Ontem, nas redes sociais, Bolsonaro lembrou que a Petrobras reduz há três semanas o preço do combustível sem que a redução seja repassada ao bolso do consumidor. Para o presidente, os vilões são os governadores, por causa do ICMS. Décio Oddone, que está deixando a direção da ANP, tem advogado junto ao Palácio do Planalto para conseguir não só a adoção de um valor fixo para ICMS, mas também o fim do monopólio das distribuidoras. Hoje, por exemplo, um grande frotista de caminhões ou ônibus não pode importar diretamente diesel — ou mesmo comprar nas refinarias da Petrobras — sem passar por uma distribuidora.

Em tempos de geosmina, todo cuidado é pouco

Pelas usinas e reservatórios da Light, no chamado Complexo de Lajes, passa a maior parte da água que é consumida no Rio. Há décadas, técnicos da Light e da Cedae defendem a construção de um túnel paralelo ao atual, que alimenta a usina hidrelétrica Nilo Peçanha e foi construído nos anos 1950. A ideia é reforçar a segurança no abastecimento de água, caso haja um eventual problema no túnel velho. Mas a obra, estimada em R\$ 400 milhões, vem sendo protelada pelas duas empresas que alegam que o túnel atual é permanentemente monitorado. Deus as ouça!

MME / ASCOM .